

Processo de ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação

*Mamadú Djaló**

Resumo: A Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na costa ocidental do continente africano entre o território do Senegal que lhe serve de fronteira ao norte e a República da Guiné-Conakri delimita a Leste e ao Sul, e Oeste com o Oceano Atlântico. Sua independência é bastante recente, o país ainda sofre das conseqüências da dominação colonial, foram exatamente cinco séculos de exploração, durante a qual o povo guineense não tinha direito a nada além de ser submetido ao trabalho forçado e tendo que plantar o que o colonizador mandava. Assim este artigo procura dar um olhar sociológico sobre o processo da dominação de um povo sobre outro.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Conseqüências, Dominação colonial, Exploração, Olhar sociológico.

Introdução

Como propõe o poeta antilhano Aimé Césaire, o

colonialismo e o nazismo possuíam posições simétricas o que o burguês cristão do século XX, não perdoa a Hitler, não é o crime em si, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco [...] por ter aplicado á Europa métodos colonialistas que até então somente

* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pelo Departamento de Ciências Humanas (CFH) - UFSC.

os Árabes, os Coolies da Índia e os negros da África recebiam (Aime Césaire, citado por Marc Ferro, 2003, p. 9-10).

Frete essa observação, salienta-se que o presente artigo procura resgatar o processo histórico da dominação colonial na Guiné-Bissau através de um olhar crítico pela dominação.

A Guiné-Bissau fica localizada na costa ocidental do continente africano, entre o território do Senegal, que lhe serve de fronteira ao norte, e a república da Guiné-Conakri, que a delimita ao leste e ao sul, e Oeste com Oceano Atlântico. A superfície continental consiste numa parte costeira semipantanososa e uma zona planáltica pouco elevada.

Além do território continental, o país incorpora em torno de 40 ilhas que formam os arquipélagos dos Bijagos. Numerosos rios, dos quais o Cacheu, o Mansoa e a Geba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de acesso ao interior.

Em virtude dessa situação geográfica, a vegetação da Guiné-Bissau é do tipo savana e floresta tropical e o clima é tropical úmido. Há duas estações climáticas durante o ano: a seca que se estende de novembro a abril e a chuva que vai de maio a outubro.

Hoje o país conta com um pouco mais de 1.416.27 habitantes, ocupando uma superfície total de 36.125 km². A Guiné-Bissau, como os demais países africanos, não tem sido objeto de grandes estudos nem de presença constante na mídia mundial, as informações provenientes desses países só se referem na maioria das vezes às crises política e econômica, à fome e à instabilidade social.

A Guiné-Bissau divide-se em três províncias administrativas, que por sua vez se encontram divididas por regiões. Bissau é considerada uma região autônoma, pois não se enquadra no quadro a seguir:

Norte: Biombo, Cacheu, Oio;
Leste: Bafata, Gabu;
Sul: Bolama, Quinara e Tombali.

Segundo dados do INEP (p. 3-7-12), os grupos étnicos que compõem a sociedade guineense são: Balantas (30%), Fulas (20%), Manjacos (14%), Mandigas (13%), Papeis (7%), Europeus menos de

(1%). As religiões praticadas são: animistas (50%), muçulmanas (45%), cristãs (5%). E as línguas são o português (oficial), o crioulo (nacional) e línguas étnicas. As principais cidades são Bissau, Bafata e Gabu.

Antes de se abordar o assunto primordial, o processo da dominação colonial na Guiné-Bissau de 1446-1447, considera-se relevante apresentar as primeiras sociedades que habitaram o atual país antes de dominação colonial, este colaborará com o entendimento da estratégia desenvolvida pelo antigo colonizador no atual território da Guiné-Bissau.

Parte-se de seguinte idéia para desvendar o pensamento europeizante, segundo o qual se pretende passar a idéia de que a história dos territórios dominados começa sempre com a dominação deles.

Para legitimar tal afirmação resgata-se de uma maneira sucinta a contribuição de Chesneaux (1995), que em sua obra pergunta "Devemos fazer tabula rasa do passado?". Este autor defende que a ocultação do passado sempre foi ponto estratégico utilizado pelo poder. O controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe, mas se efetua segundo modalidades específicas de cada modo de produção dominante, segundo o autor deveria ser a verdadeira função da história "ou da história da história" resgatar em cada etapa do passado, a relação peculiar existente em cada saber histórico e a respectivo modo dominante (CHESNEAUX, 1995, p. 35).

De acordo com a tradição, as sociedades que habitaram Guiné-Bissau podem dividir-se em "sociedades do interior" e "sociedades do litoral". Antes do século XV, teriam ocupado regiões situadas mais no interior. Posteriormente, em conseqüências de guerras internas para a conquista de terras e do domínio da liderança, teriam sido empurrados para o litoral. O fato fundamental dessas sociedades da Guiné-Bissau e até mesmo da África em geral é que a família extensa funciona como elemento "místico-espiritual", social e solidário.

No caso da Guiné-Bissau, em todas as etnias de religião tradicionalmente africana, as linhagens patrilineares congregam todos quantos identifiquem e integram a cadeia unilinear de parentesco.¹

¹ O parentesco de que se fala aqui não é de laços de sangue, mas um parentesco simbólico, convencional, que se estabelece às vezes entre duas famílias e que dava a cada uma delas o direito de proceder de uma certa forma para com a outra, com todo "à vontade", toda a "familiaridade".

Na análise de Claude Lépine (1999), as sociedades rurais africanas organizavam-se em clãs e em linhagens patrilineares, configurando o chamado modo de produção de linhagens. No século XVIII, eram conjuntos de indivíduos que acreditavam serem descendentes de um antepassado místico espiritual comum, e que funcionava como unidades de gestão e unidades políticas (CLAUDE, 1999, p. 8).

As estruturas políticas e sociais dessas sociedades possuíam um caráter intensamente comunitário, desempenhando o indivíduo funções com importância coletiva, sendo o seu interesse subordinado ao geral. Com a colonização essas sociedades, que se encontravam em regime tribal, sofreram uma influência cultural intensa, que determinou, em parte, a sua desagregação assistindo a uma gradativa assimilação da cultura do colonizador.

“Os africanos”, de modo geral, pensam que os mais velhos possuíam uma longa experiência das relações humanas e uma profunda sabedoria. Os mais velhos são responsáveis pelo culto dos antepassados da família, pela reprodução dos costumes e da tradição, é sua obrigação fazer observar as normas estabelecidas pelos antepassados, assegurar a continuidade e a prosperidade da linhagem (CLAUDE LEPINE, 1999, p. 11).

A economia dessas sociedades era essencialmente ligada à agricultura e ao pastoreio, juntando-se a caça e a pesca. A combinação dessas diferentes atividades econômicas possibilitou a sedentarização dos grupos e, ao mesmo tempo, permitiu a expansão demográfica.

Segundo Lourenço Ocuni Cá (2000), essas sociedades exploravam a terra apenas uma vez por ano. Algumas etnias que compõem essa sociedade tradicional ainda existem em algumas regiões até hoje, como, por exemplo, os “Bijagos” na região de Bolama, no sul do atual país, pois, sobreviveram ao tráfico de escravos, à dominação colonial e aos projetos de modernização (Lourenço Ocuni Cá, 2000, p. 4).

Entretanto, a diversidade dos grupos lingüísticos e étnicos não deve, contudo, dissimular a profunda unidade do povo guineense. Povos do litoral, caso dos “Fulas” e “Mandingas”, são estreitamente ligados por causa do Islã, e ao mesmo tempo aparentados, como prova notável o fato que as suas línguas pertencem todas a mesma família lingüística “nigero-congolesa”.

O século XV foi o período das grandes expedições que possibilitaram à Europa entrar em contato com terras longínquas, “reveladas” “com a descoberta de novas rotas marítimas e que tiveram importantes conseqüências históricas, que reverberam até hoje na África, por exemplo, como tragédia”.

Os primeiros navegadores portugueses estabeleceram contato com a Guiné-Bissau entre 1446-1447. E, em 1588, fundam, junto à costa, Cacheu localizada no norte da Guiné-Bissau, que recebe primeiros contingentes portugueses, criada como sede (local de estadia) dos capitães, portugueses.

Em 1630, criaram capitania-mor de Cacheu que foi o núcleo da futura província portuguesa, a partir de então se deu início à ocupação administrativa. Cerca de 60 anos depois, concretamente em 1692, é criada nova capitania-mor em Bissau, na seqüência dos esforços que tinham em vista dotar o novo território com uma estrutura administrativa que lhe permitisse fazer face às dificuldades motivadas tanto pelos desentendimentos internos entre os dirigentes e a indisciplina dos comerciantes como, muito especialmente, pelos constantes ataques e provocações de algumas nações estrangeiras que procuravam por todos os meios fixar-se e traficar na região. Assim foi vivendo Guiné, durante longos anos, bem como a plena decadência de Portugal a perder a sua principal colônia, o Brasil, que tinha proclamado a sua independência 1822, épocas mais difíceis se seguiu o período de maior prosperidade, para a burguesia portuguesa, posteriormente em 1835, sob o regime liberal de Portugal decretou-se nova organização do ultramar, baseada na divisão de todo o território nacional em províncias chefiadas por um prefeito e destas em comarcas que eram formadas por conselhos. A Guiné Portuguesa, como era chamada pelos portugueses, passou pois a constituir uma comarca, com sede em Bissau (atual capital do país).

Para Sonia e Eduardo Homem (1977, p. 138), a colonização portuguesa desde muito cedo procurava seguir os caminhos traçados pelas metrópoles mais desenvolvidas. Mas como o poder econômico de Portugal era inferior ao de Inglaterra, França e Bélgica, os portugueses apropriaram-se na opressão o negro africano, através do trabalho forçado nas culturas de exportação e no envio de força de trabalho para as minas sul africana.

Segundo Hedges e Rocha, referenciado por Augusto Jone Luis (2005), na conferência de Berlim, em 1885, uma das deliberações foram que as potências colonizadoras só podiam reivindicar como colônia áreas que tivesse a efetiva ocupação do território, isto é, a presença colonial de fato. E assim que se pode explicar a real presença portuguesa na Guiné-Bissau (AUGUSTO JONE, 2005, p. 21).

Os portugueses viram-se na obrigação de, ao menos, garantir a posse dos territórios que lhes haviam sido destinado na conferência de Berlim.² E começaram ocupar terras, a partir do deslocamento de habitantes vindos de Portugal, dando início a uma ocupação a qual se tornou efetivo a partir de 1941, passando a ser designado de província ultramarina.

Após essas operações de ocupação e “pacificação” foi o território da Guiné, finalmente, como era administrado, a partir da província de Cabo Verde e passou a ser organizado em província ultramarina autônoma, dando início ao que pode chamar-se à moderna história da Guiné.

Para a ocupação da Guiné, foi preciso meio século de guerra colonial, de violência e de traições para que Portugal pudesse impor o seu domínio ao povo da Guiné, dividindo e debilitando pelo comércio dos escravos. Segundo consta nos “arquivos colonialismo e lutas de libertação, 7 cadernos sobre a guerra colonial” (1974), a soberania portuguesa nunca se impôs inteiramente sobre algumas populações como os “Oincas” e os “Bijagos” etc. A conquista da ocupação portuguesa seguiu as seguintes fases:

- a) Comércio com os “indígenas” e disseminação de fortalezas ao longo da costa;
- b) Tráfico e caça de escravos e distribuição de núcleos comerciais na faixa litoral;
- c) Luta de influência contra as outras potências coloniais;

² A conferência de Berlim, realizada em 1884-1885 entre as grandes potências européias, ocupou-se da discussão da “questão colonial” e foi um processo para se chegar um acordo, a mesa de conversações, sobre o delineamento de fronteiras, com o fim de se evitarem, no futuro, conflitos armados. A partilha da África, aquela que passou a vigorar nos mapas, não se fez verdadeiramente em Berlim. Ela principiara já, e prosseguiu depois. O que se tentou fazer em Berlim foi obter um acordo de princípios entre as diversas potências concorrentes (HEDGES, citado por Augusto J. Luis, 2005, p. 161).

- d) Partilha da África e guerra pela conquista colonial e ocupação militar;
- e) Ocupação administrativa e exploração colonial (Idem, p. 23-24).

Portugal considerava que as suas colônias africanas eram e continuaria a ser sempre “província” ultramarina, parte integrante da mãe pátria. Foi assim que a Guiné-Bissau viveu um sistema de exploração econômica sem precedentes. Durante séculos, a Guiné serviu de ponto estratégico para o comércio de escravos. Foram exatamente cinco séculos de exploração, humilhação e sofrimento, durante os quais os guineenses não tinham direito a nada, e eram submetidos ao trabalho forçado, tendo que plantar o que colonizador mandasse.

Paulo Freire (1978), na sua obra “Cartas a Guiné-Bissau” observa que a ideologia colonialista procurava incutir nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O “de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se ‘brancos’ ou pretos de alma branca”. Portanto, a história dos colonizados começava com a chegada dos colonizadores, com sua presença civilizatória, expressão de sua forma bárbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores; a música dos colonizados, seu ritmo, sua dança, seus bailes, a ligeireza de movimentos de seu corpo, sua criatividade em geral, nada disso tinha valor. Tudo isso, quase sempre, tinha de ser reprimido e, em seu lugar, imposto o gosto da metrópole, no fundo, o gosto das classes dominantes metropolitanas (PAULO FREIRE, 1978, p. 20).

Elane Tomic (1995), discute o processo de dominação, esta autora, acaba afirmando que no processo de dominação de um povo sobre outro, além da dominação concreta, a política cultural e econômica destrói também seu mundo simbólico. Destruir um mundo simbólico de um povo significa quase sempre a destruição das instituições sociais e como culminância desse processo perverso, o esmagamento da língua materna, o que quer dizer, o aniquilamento profundo de qualquer identidade cultural. Neste sentido, a ideologia da dominação tem necessidade de criar estereótipos que estigmatizam o dominado, que Walter Lipman definiu como “imagens em nossas cabeças”, citado por Hélio Inforzato (1971, p. 53), na sua obra “Fundamentos sociais da educação”. Portanto, os estereótipos fabricados pela sociedade dominante, o dominado tende a interiorizar esses fatores como inerente à sua própria “natureza”. Quando o dominado nega a sua

própria negação gerada pela ideologia dominante, então ele começa a afirmar-se positivamente e inicia-se o processo de aquisição de uma consciência crítica. A negação da sua negação significa afirmação da sua identidade ou a negação da identidade do dominador.

Sonia Corrêa e Eduardo Homem (1977, p. 126), afirmam que o VI Congresso Pan-Africanismo,³ que aconteceu em Manchester no ano em que a Europa colonialista comemorava a derrota dos exércitos nazi-fascistas, Manchester recebia em 1945, militantes do Pan-Africanismo, vindos diretamente de seus países na África. Alguns militantes não tinham uma linguagem tão poética quanto a dos fundadores do movimento. Nkruma, Kenyatta, Akintola, Johnson, Nyerre, mas traziam da África alguma coisa que ia além do humanismo que caracterizara, em parte, os discursos dos congressos. Eram líderes desconhecidos dos europeus, na Gana, no Kênia, na Nigéria, em Sierra Leoa, na Tanzânia. Mas, pela primeira vez, um negro dizia alto e bom tom para que o seu patrão ouvisse:

Nós estamos determinados a ser livre. Se o mundo Ocidental continua querendo dominar a Humanidade pela força, os Africanos, como últimos recursos, serão obrigados a apelar também para a força no sentido de obter a liberdade (SONIA e EDUARDO HOMEM, 1971, p. 53).

Mais que uma ameaça, tais palavras eram uma declaração de intenções, como mais tarde veio a acontecer na Argélia e nas colônias portuguesas. Eles eram poucos negros, urbanizados, que tinham tido condições de freqüentar escolas nos seus países de origem, de se informar sobre as contradições que orientavam os caminhos da velha Europa.

Partindo da mesma idéia, Hedges e Chilundo, citado por Augusto Jone Luis (2005), o período de 1955-1961 pode ser considerado fundamental na luta anticolonial na África, o ano de 1957 abre novas perspectivas para o continente africano, ano em que Gana ficou independente como resultado da luta nacionalista. No mesmo ano já se discutia a possibilidade da independência da Nigéria, co-

³ Pan-Africanismo foi um movimento que nasceu nas Antilhas nos princípios do século XX, uma manifestação de solidariedade. Entre negros das ilhas inglesas e negros do sul dos E U A, movimento que apontava para união de todos os africanos num só Estado (AUGUSTO J., 2005, p. 22).

lônia britânica mais populosa da África. Por outro lado, a difusão da filosofia pan-africanista e anticolonialista dos nacionalistas da África ocidental, nas palavras de Kwame Nkruma da Gana e Nandi Aziquini da Nigéria contribuíram para que os intelectuais de vários pontos do continente ganhassem a consciência da natureza do colonialismo na África. O ano de 1957 também é marcado pela criação de organizações políticas internas e externas como resultado da intensificação da exploração colonial. Os anos de 1950 e 1960 podem-se considerar como décadas de descolonização do continente africano. Foi nesse período que muitas colônias inglesas e francesas se tornaram independente e muitas dela por via pacífica. O mesmo não aconteceu com a colonização portuguesa.

Portanto, enquanto as outras potências iam deixando, aos poucos, suas ex-colônias, Portugal, país pequeno e pobre, um dos mais atrasados da Europa, agarrava-se com unhas e dentes às suas colônias e delas não abria mão. Após a Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve contrariamente aos outros países, uma dominação do tipo colonial clássico nos seus territórios, a Guiné então teve que enfrentar uma dupla exploração, a do fascismo português, obedecendo, por sua vez, potências imperialistas que o dominavam, foi um estado submetido a um atraso econômico particularmente grave.

Durante muito tempo Portugal havia especulado o atraso econômico e sobre a ausência de qualquer educação das massas para evitar que suas colônias não fossem contaminadas pelos movimentos de libertação nacional que então se desenvolviam em outros países africanos. Portugal contava com os atrasos econômicos e culturais, apoiados por uma opressão administrativa e política de referência fascista. Na Guiné, na obscuridade, já havia grupos de oposição ao regime colonial, para fugir vigilância da polícia internacional de defesa do Estado PIDE,⁴ utilizava-se de fachadas de clubes e associações desportivos. As organizações sempre foram reprimidas, consideradas ilegais pelo regime colonial portuguesa.

⁴ A Polícia Internacional de Defesa do Estado "PIDE" foi criada em Portugal em 22 de Outubro de 1946, sendo apresentada como um "organismo autônomo de polícia jurídica. Na verdade tratou-se de uma polícia política que teve como principal função a repressão de qualquer forma de oposição ao Estado Novo de Oliveira Salazar (Wikipédia, a Enciclopédia livre, versão de 00:10, 26 de novembro de 2005).

A formação de associações no país teve sempre caráter clandestino e as suas atuações muitas vezes restritas. Em 1956, Amílcar Cabral e mais cinco patriotas da Guiné e de Cabo Verde fundam, em Bissau, o Partido Africano da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo é a conquista imediata da independência e a construção da paz, do bem-estar e do progresso do povo da Guiné e de Cabo Verde.

Em agosto de 1959 acontece o massacre de "Pindjiguiti". Os trabalhadores do porto de Bissau, em greve por melhores salários, são dispersos à bala pelas tropas portuguesas. No fim da fuzilaria, mais de 50 corpos já estavam sem vida. O que no entender do governo colonial português foi considerado como rebeldia, impossibilidade do diálogo com o governo colonial português, mas aquele massacre seria o marco da derrocada final do império do ultramar e também marcaria o início da luta pela independência.

A guerra de libertação inicia-se em 23 de janeiro de 1963 tendo a guerrilha do PAIGC rapidamente alargado frentes de combates, ocupando e administrando em 1968 cerca de dois terços do território nacional. Assim o PAIGC foi conquistando simpatia importante nos fóruns internacionais e em alguns países como a Suécia, ex-URSS, China e países do terceiro mundo (Marrocos e Guiné-Conakri), meios intelectuais, diversas forças sociais e políticas e a juventude dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, o que permitiu obter apoios logísticos decisivos e importantes vitórias diplomáticas como as intervenções de Amílcar Cabral na comissão de descolonização da Organização das Nações Unidas (ONU).

Infelizmente, em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral morre assassinado por agentes da polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE), um atentado na Guiné-Conakri, visa, a PIDE, com este crime atrasar o percurso de conquista da independência. Mas a persistência da luta não é infrutífera.

Quatro meses depois, em 24 de setembro de 1973, reunia-se em Madina de Boé, no leste do país, a primeira Assembléia Nacional Popular que declarava a existência de um estado soberano, a República da Guiné-Bissau. Rapidamente reconhecida por 63 países da comunidade internacional.

Todos esses anos de luta e sofrimentos viriam logo a se consolidar com a queda do governo fascista em Portugal, em 25 de abril de

1974, os militares portugueses cientes do desastre que se aproximava e do princípio do fim do colonial, punham em marcha "revolução dos cravos" e acabavam com uma ditadura de 48 anos em Portugal e retiravam as suas forças de ocupação da Guiné-Bissau.

Segundo Lourenço Ocuni Cá (2000), ao longo de subsequente etapa o PAIGC foi-se afirmando como força única que unia os povos da Guiné e de Cabo Verde, força essa que assumia o destino histórico destes povos (2000, p. 2).

Portanto, foi assim que a Guiné-Bissau tornou-se a primeira colônia a conhecer a independência, das ex-colônias portuguesas da África.

Considerações finais

As minhas observações como acadêmico e aprendiz de Sociologia, Política e Antropologia ajudou-me, sobremaneira, a desenvolver um outro olhar sobre a política de dominação colonial na Guiné-Bissau. Minhas reflexões alimentadas pelas leituras e discussões com a Profa. Dra. Elizabeth F. da Silva durante sua orientação do meu trabalho de Conclusão do Curso em Ciências Sociais sob tema "Educação e domínio colonial no século XX: uma pesquisa documental sobre a Guiné-Bissau no período de 1960-1974" me conduziu a escrever este artigo informativo sobre o processo histórico da dominação colonial desta pátria que me viu nascer.

Fanon (1971) produz uma crítica radical da colonização, através de um olhar minucioso sobre as estratégias de violência, subordinação e desumanização que produziam o colonizado. Como um contra-discurso, a descolonização implicaria anular e reinventar um suposto "sujeito colonial" na sua verdadeira humanidade (FANON, 1971, p. 26). Neste sentido, o sistema de administração colonial portuguesa baseou-se no princípio de que as populações autóctones das "colônias" são inferiores, incapazes (povos selvagens) e, por esta razão, elas deviam ser administradas exclusiva e diretamente pela "metrópole".

Para finalizar realço que é de grande satisfação que me sente a escrever este artigo para mosaico de Ciências Sociais, a fim de que possam entender melhor fato de nosso passado para que também possam entender a nossa realidade.

Referências

BUCHMANN, Elane Tomich. **A trajetória do sol: identidade e relação dominador dominado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

Cá, Ocuni Lourenço. **A educação durante a colonização Portuguesa na Guiné-Bissau 1471-1973**. Rev. Online bibl. Professor Joel Martins. Campinas, SP, vol. 2, nº 1, outubro de 2000.

_____. **Leitura comparativa de campanha de alfabetização Cubana com a de alfabetização da Guiné-Bissau**. ETD - educação temática digital: Campinas, vol. 3, nº 2, junho de 2002.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.

CORREA, Sônia e Homem Eduardo. **Moçambique primeiras machambas**. Rio de Janeiro: Margem Editora, 1977.

DJALÓ, Mamadú. **Educação e domínio colonial no século XX: uma pesquisa documental sobre a Guiné-Bissau no período de 1960 a 1974**. Florianópolis, 2006.

FANON, Franz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Editions du Seuil, 1971.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

FERRO, Marc. **Lê livre noir du coloniale**. Paris: Editions Robert Laffont, 2003.

INFORZATO, Hélio. **Fundamentos sociais da educação**. São Paulo: Livraria Nobel Editora, 1971.

LEPINE Cláudio. **Nossos antepassados eram deuses**. In: Lídia Passo (org.). **Os 500 anos do Brasil (no prelo)**. 1. ed. Marília, 1999, vol. 1, p. 8-11.

LUIS, Jone Augusto. **Políticas do Banco Mundial para a educação básica Moçambicana - 1985-2000**. Florianópolis, SC, 2005. (Dissertação).